

Accountability educacional na era da COVID-19 e além: um “novo normal” na educação?**Educational *accountability* in the era of COVID-19 and beyond: a “new normal” in education?**

Hermeson Cláudio Mendonça MENEZES*

Maria Rosângela de SOUZA**

Clarice ZIENTARSKI***

RESUMO: O artigo em tela objetiva compreender as interseções envolvendo a educação, a *accountability* e a tecnologização na conjuntura da Pandemia da COVID-19, tendo em vista que as políticas educacionais ditadas pelo Estado avaliador, ao buscar alternativas nas tecnologias de informação para superar este cenário, manifesta a aparência do que é o agora e antecipa o que está por vir, recodificando respostas públicas às crises e à formação de um suposto “novo normal”, como algo diverso da realidade anterior, uma sociabilidade marcada pelo controle e exclusão social. Para tanto, explora a *accountability* no campo educacional, mediante um estudo bibliográfico-documental, tendo o materialismo histórico-dialético como teoria do conhecimento, em diálogo com pensadores de outros campos teóricos. Percebe-se com a temática investigada, que o tecnocapitalismo, *Accountability* e COVID-19 criam uma tessitura favorável à mercantilização da educação, tendo o ensino remoto como fenômeno que impinge novas relações educacionais e profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: *Accountability*. *Accountability* educacional. COVID-19. Novo normal. Ensino remoto.

ABSTRACT: The article in question aims to understand the intersections involving education, *accountability* and technologization in the context of the COVID-19 Pandemic, considering that the educational policies dictated by the evaluating State, when seeking alternatives in information technologies to overcome this scenario, it manifests the appearance of what is now and anticipates what is to come, recoding public responses to crises and the formation of a supposed “new normal”, as something different from the previous reality, a sociability marked by social control and exclusion. To this end, *accountability* in the educational field was explored through a bibliographic-documental study, using historical-dialectical materialism as a theory of knowledge in dialogue with thinkers from other theoretical fields. It can be seen with the theme investigated, that technocapitalism, *Accountability* and COVID-19 create a fabric favorable to the commercialization of education, with remote teaching as a phenomenon that imposes new educational and professional relationships.

KEYWORDS: *Accountability*. Educational *accountability*. COVID-19. New normal. Remote teaching.

* Doutorando e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação (PPGE) da Universidade Federal do Ceará (UFC). <https://orcid.org/0000-0002-8278-3410> E-mail: hermesonmenezes_ufc@yahoo.com

** Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação (PPGE) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduação em Filosofia pela UFC. E-mail: mrsouzas@gmail.com.

*** Pós-Doutor em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Professora efetiva da Universidade Federal do Ceará (UFC). <https://orcid.org/0000-0002-8453-5429> E-mail: claricezientarski@yahoo.com.br.

1 Introdução

No século XVII, La Fontaine (1621-1695), em seu icônico texto a *Fábula dos animais durante a peste* (LA FONTAINE, s/d), narrou o mal que se espalhava pelo mundo ocidental. A peste movia-se ceifando vidas, em um ritmo que congestionava o caminho dos mortos. Nem os animais escapavam de seu toque mortal. Os pássaros fugiam uns dos outros, não havia alegria nem divertimento. Transcorridos quatro séculos, em pleno XXI, a sociedade humana ainda encontra-se envolta pelo medo, “pestes” ainda espalham o terror por todo lado.

Da “peste” gerencial, com sua sociabilidade reificada à pandemia do Sars-CoV-2 (COVID-19), passando pelo tecnocapitalismo, a vida humana é desarticulada e transformada em uma massa servil de um sistema frio e impessoal: o ultraliberalismo, com seu *modus operandi* utilitarista – diretrizes de satisfação do cliente, superexploração do trabalhador e fratura das relações sociais.

No fluxo de informações e controles promovido pelo tecnocapitalismo, ampliam-se as vendas *on-line* e, em seus lares, famílias, estudantes e trabalhadores conectados à economia da Nuvem – o ciberespaço da rede de internet por, respectivamente, vídeo chamadas, ensino remoto e tele trabalho –, em uma quase simbiose “homem + máquina”, são moldados como novos sujeitos digitais. Em sua dinâmica de autopreservação, autorregeneração, a metamorfose do capitalismo continua sua permanente “revolução”, criando e adaptando subjetividades às novas demandas do mercado.

Nesta conjuntura, a *accountability*, palavra derivada do latim ‘*ad*’ + ‘*computare*’ (contar para; prestar contas a; dar satisfação a; corresponder à expectativa de) (HEIDEMANN; SALM, 2009, p. 303), uma espécie de dispositivo, quiçá um *télos* de interação humana na hodiernidade, emerge na sociabilidade neoliberal como meio de controle social. A *accountability* com seus valores, crenças e ideologias disseminadas pelo Estado Avaliador (*demiurgo* Moderno) alicerça os sistemas educacionais-avaliativos, sedimenta uma cultura normatizadora dos indivíduos, contribuindo para a conformidade ou consenso social.

Em seu duplo caráter, político-ideológico e coercitivo-consensual, a “*accountability* ergue-se como uma panaceia (*ou mesmo um fetiche*) pelo facto de a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização serem, supostamente, capazes de, por si sós, [...] resolver os déficits e problemas de qualidade da educação pública.” (AFONSO, 2012, p. 472). Mas, esta ilusão (pós)gerencialista chocou-se com novos obstáculos na segunda quadra do século XXI.

Se a educação brasileira possuía inúmeros desafios visíveis, o inimigo invisível COVID-19, como um *tsunami*, assolou as políticas educacionais nos mais diversos recantos do planeta.

Desde que foi decretada a pandemia da COVID-19, em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), “não resta dúvida de que o mundo está diante de um dos seus maiores desafios desde a Segunda Guerra Mundial (na impactante expressão da chanceler alemã Angela Merkel)” (BIANCARELLI; ROSA; VERGNHANINI, 2020). Vive-se em um cenário marcado por problemas inimagináveis, haja vista que “o mundo está se transformando e não voltaremos ‘ao normal’, pois o normal será uma nova realidade, muito diferente do que se estávamos vivendo até a pandemia da COVID-19. O mundo, provavelmente, não será o mesmo. A educação e os professores também não” (SILVA, 2020).

Conforme os dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), “186 países determinaram o fechamento de escolas e universidades. A decisão afeta cerca de 1,3 bilhão de crianças e jovens, o que corresponde a 73,8% de todos os estudantes do mundo”. (UNESCO, 2020, s/p).

A educação, ao buscar alternativas nas tecnologias de informação para superar este cenário, manifesta a aparência do que é o agora e antecipa o que está por vir, recodificando respostas públicas às crises. Mas, a pandemia da COVID-19 criou um "novo normal" ou está acentuando o que já se tornou normal - uma tendência acelerada para a tecnologização da educação, com seu ensino remoto?

Para refletir sobre esta questão, deve-se considerar que o avanço da tecnologização, com o ensino remoto, impacta a política de *accountability*, sobretudo em uma sociedade excludente como a brasileira. Além disso, é necessário atentar-se para a lógica mercantil deste ensino, com a proliferação das plataformas digitais virtuais e o conhecimento rebaixado à informação, como um produto para ser trocado (KOOPMAN, 2019). A lógica, em tela, prevista há décadas por Lyotard (1984, p. 4-5, tradução nossa), ampara-se na ideia de que “O conhecimento é e será produzido para ser vendido, será consumido a fim de ser valorizado em uma nova produção: em ambos os casos, o objetivo é a troca.”

Diante do exposto, o tema sobre o qual o artigo versa, trata de compreender as interseções envolvendo a educação, a *accountability* e a tecnologização na conjuntura da pandemia da COVID-19, que assola o mundo. Assim, este artigo explora a *accountability* no campo educacional mediante um estudo bibliográfico-documental, com suas especificidades histórico-filosóficas, sendo estes instrumentais, mediados pelo materialismo histórico-

dialético, em diálogo com pensadores de outros campos teóricos, possibilitando desvelar as ideologias e os fundamentos e intencionalidades resultantes de relações político-econômicas que afetam a totalidade social.

Para tanto, este artigo se estrutura, além da Introdução e Considerações Finais, em três seções, da seguinte forma: na seção “*Accountability* (educacional): a educação na urdidura do Estado eficiente”, discute-se sobre a inserção da *accountability* na ordem do Estado gerencial. Esta unidade encontra-se dividida em duas subseções, “*Accountability*: uma breve investigação conceitual” e “*Accountability* educacional: o controle conformado a uma nova racionalidade” – nas duas subseções aborda-se o conceito de *accountability*.

Na seção subsequente, “Um ‘novo normal’ na educação: *accountability* em tempos de COVID-19”, dicerra-se sobre a formação de um suposto “novo normal”, como algo diverso da realidade anterior, uma sociabilidade marcada pelo controle e exclusão social. Com “Implicações da pandemia na educação: o ensino remoto”, trata-se das implicações da COVID-19 sobre a educação considerando o uso da tecnologia digital virtual. E, por último, as considerações finais, onde se pretende lançar reflexões sobre a atual conjuntura.

2 *Accountability* (educacional): a educação na urdidura do Estado eficiente

No final dos anos 1980 entrelaçou-se no âmago do Estado a díade gerencialismo e governança, tendo na política de *accountability* um dispositivo de controle (monitoramento, avaliação, responsabilização e prestação de contas). E, é sob este cenário que a *accountability* tem sofrido modificações conceituais distinguindo-se das abordagens/interpretações primevas de sua formulação tradicional. (ERKKILÄ, 2007; MENEZES, 2019).

As transformações da *accountability* no século XX-XXI transcendem o plano da objetividade administrativa, pois ela imiscui-se na sociabilidade e racionalidade do “novo” liberalismo. Conforme O’Kelly e Dubnick (2014), considerada no passado uma espécie de *responsibility* (responsabilidade - algo que é seu trabalho ou dever fazer), a *accountability* evoluiu, mas sua compreensão tem se tornado obscura, tanto conceitual como teoricamente, muito em função de sua constituição “sempre expansiva” (MULGAN, 2000).

Na urdidura do Estado eficiente, a *accountability* passou a ser uma “palavra-chave cultural” (DUBNICK, 2014, tradução nossa), termo recorrente nos discursos públicos e na retórica política do reformismo da era neoliberal. Ao figurar no campo do espetáculo, do simbolismo e da performance, a *accountability*, como termo estratégico, passou a ser uma

daquelas palavras geradoras de consensos sócio-políticos – um “consentimento fabricado” (HERMAN; CHOMSKY, 2002, tradução nossa).

A *accountability* é tomada como escudo e clava, meio e mensagem da governança: o exercício da autoridade administrativa, controle e poder de governo. Precisando melhor, a governança para o Banco Mundial (BM) é “a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando ao desenvolvimento” (BANCO MUNDIAL, 1992, p. xiv, tradução nossa). Em linhas gerais, o BM definiu quatro pilares da “boa” governança: administração do setor público; quadro legal; participação e *accountability*; e, informação e transparência. (BANCO MUNDIAL, 1992, p. xiv, tradução nossa).

A *accountability* é uma racionalidade que predica o mundo atribuindo-lhe qualidades, bem como sentido ilusório ao indivíduo – a crença de tornar-se o senhor do seu próprio destino ao assumir-se *accountable* em uma sociedade concorrencial. Com essa percepção fica evidenciado a complexidade que envolve a conceituação da *accountability*, que deve ser investigada considerando-se sua pluralidade constitutiva.

2.1 *Accountability*: uma breve investigação conceitual

De acordo com Schedler (2004), a *accountability* origina-se da assimetria de informações entre quem delega o poder (cidadão) e quem o recebe (servidor público), estando circunscrita ao âmbito da responsabilidade pública, em dois sentidos: a) *answerability* – a obrigação dos agentes de informar e justificar ao público sobre suas atividades; e b) *enforcement* – a capacidade das agências de controle de fazer cumprir a lei e aplicar sanções. Para o autor, *accountability* possui três dimensões estruturantes: uma de informação e outra de justificação – sustentadas pela prestação de contas; e, a terceira, de imposição ou sanção – remetendo à atribuição de responsabilidade.

Afonso (2009, p. 59) acrescenta à noção de Schedler (2004) a perspectiva da avaliação, tida como: “recolha e tratamento de informações e dados diversos [...] no sentido de produzir juízos de valor sobre uma determinada realidade ou situação [...]”, podendo ser *ex-ante* (anteceder a prestação de contas) ou *ex-post* (entre a fase da prestação de contas e a fase da responsabilização); “ou pode, ainda, ela própria, desenvolver-se autonomamente através de estudos ou relatórios elaborados por entidades internas e/ou externas, assumindo-se assim como instrumento estruturante da prestação de contas”. (AFONSO, 2009, p. 59-60).

Em outra perspectiva, tem-se a metáfora do *fórum* de Bovens (2005; 2006) que interpreta o fenômeno, tendo a administração pública como paradigma. A *accountability* conforme o *bovensmodel* pode ser definida como: “uma relação entre um ator e um fórum, na qual o ator tem a obrigação de explicar e justificar sua conduta, o fórum pode fazer perguntas e julgar, e o ator pode enfrentar as consequências” (BOVENS, 2006, p. 9, tradução nossa).

Não obstante, O’Kelly e Dubnick (2014) expandiram a metáfora do *fórum*, por considerá-la muito restrita. Os autores incluíram outros dois espaços de *accountability*: *ágora*, um espaço de *accountability* primordial, onde fluem razões, propósitos e normas; e, *bazaar*, um espaço de *accountability* emergente, enraizado na troca entre diferentes indivíduos, no qual os pontos de vista emergem em situações relacionais, “enraizados em suas negociações uns com os outros, na busca dos interesses comuns” (O’KELLY; DUBNICK, 2014, p. 1, tradução nossa).

O’Kelly e Dubnick (2014, p. 18, tradução nossa) ainda sugerem outros dois espaços, embora não os desenvolvam: “As duas relações que estão faltando neste artigo são a ‘catedral’, um espaço limitado por hierarquias, rituais e regras, e o ‘mosteiro’, um espaço estável definido por relações ‘densas’ baseadas em normas compartilhadas”.

Destarte, na *ágora* e no *bazaar* o liberalismo avança assumindo contornos na objetividade e subjetividade dos indivíduos. No culto ao individualismo do homem-empresa, homem empreendedor de si mesmo, guiado por uma lógica custo-benefício, os interesses comuns convertem-se em interesses egoísticos do “novo” *homo oeconomicus* – o homem empreendedor, envolto em um *continuum* de competição e concorrência com os demais indivíduos empreendedores, *responsáveis* por tudo o que lhes acontece. Eis a utopia (neo)liberal.

2.2 Accountability educacional: o controle conformado a uma nova racionalidade

A expansão da *accountability* na sociedade hodierna entrelaça-se com fenômenos inexistentes ou que existiam em estado embrionário no século XVIII-XIX, principal período de modelagem conceitual da *accountability* moderna. Como resultado de sua expansão, no século XX-XXI, a *accountability* passou a ser um termo recorrente no campo educacional, mediando a relação educação/governança.

A partir de inter-relações com os valores e princípios de *transparência*, *answerable*, *assessment* (avaliação: análise, opinião ou julgamento sobre alguém ou algo que alguém

pensou cuidadosamente) e *evaluation* (ação de avaliar: julgar ou calcular a qualidade, importância, quantidade ou valor de algo), embora não sejam termos intercambiáveis, a *accountability* foi tomada como conceito flexível principal de políticas educacionais difundidas por organismos multilaterais.

A inserção da *accountability* no campo educacional começou a ganhar projeção globalmente a partir da “Conferência de Educação para Todos”, em Jomtien/Tailândia, 1990 (UNESCO, 1990), financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Banco Mundial (BM), Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas (UNICEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), na qual os 155 países signatários firmaram a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos – Satisfação das necessidades básicas de Aprendizagem”, comprometendo-se a universalizar e a assegurar uma educação básica de qualidade, atendendo às demandas da pluralidade, diversidade e flexibilidade.

No entendimento dos ideólogos e signatários da Declaração “[...] a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional” (UNESCO, 1990, p. 3). Esta concepção educacional conforma-se à “nova racionalidade”, ressonância da chamada *condição pós-moderna*, orientada pelos valores do mercado, preservando alguns princípios modernos como eficiência e otimização de custos. (ZANARDINI, 2006).

Com o “[...] aparecimento de novas formas de exclusão [educacional] que estão sendo implementadas nos sistemas e sobre as quais temos pouco controle e conhecimento” (FREITAS, 2007, p. 972), descortinar a *accountability* exige investigar sua manifestação nas relações cotidianas, sua efetivação na ordem institucional. A racionalidade ideológica das políticas de *accountability* transcende a conformidade ou não-conformidade às normas lógicas. A eficácia dos mecanismos de controle social, historicamente mutáveis, perpassa por sua legitimação junto às classes (forças) sociais.

3 Um “novo normal” na educação: *accountability* em tempos de COVID-19

Hobsbawm (2011), referindo-se ao século XX, atribuiu-lhe a metáfora *era dos extremos*, uma época acelerada, marcado por mudanças tão rápidas que o tempo aparentava ser *curto*. Nenhum outro século conheceu tantas assimetria entre os polos, sejam nas ciências

às relações sociais, no mundo da economia à política. Os extremos nas mais diversas áreas estão marcadas por suspeitas, dúvidas e esgarçamentos, da sociabilidade às condições do conhecimento.

As assimetrias, com rupturas e continuidades, tomam novos velhos tons no primeiro quinto do século XXI (2001-2021). Neste *curto* período, assiste-se o exacerbamento dos *tempos fraturados*, resgatando outra metáfora hobsbawniana, na sociedade global atingida pelo resgardo do “[...] golpe triplo da revolução da ciência e da tecnologia [iniciada ainda] no século XX, que transformou antigas maneiras de ganhar a vida antes de destruí-las, da sociedade de consumo de massas [...], e da decisiva entrada das massas na cena política como consumidores e eleitores” (HOBSBAWM, 2013, p. 13).

No mundo pontocom da era digital, do *curto* século XXI, emerge um novo *arcana imperii*: o GAFA (acrônimo de “Google, Amazon, Facebook e Apple”), cuja economia virtual tem empreendido uma revolução em múltiplos campos, da tecnologia às finanças, da educação à saúde, resultando em novos processos de estranhamento e reificação do indivíduo, conceituado na *era digital* como ser *on-line* (conectado) ou *off-line* (desconectado – anátemas de uma era digital).

Na conjuntura da pandemia global do SARS-CoV-2, causador do COVID-19, tem-se o ambiente propício para consolidar a “peste” da reificação, com sua lógica de coisificação da vida, precarização do trabalho e mercantilização da educação. Na crista da pandemia assiste-se a ampliação da utilização de plataformas digitais no campo da educação, em vista das diretrizes de isolamento social como estratégia da “guerra” contra um “inimigo invisível”, como alude Donald Trump ao abordar o COVID-19. (CATHEY, s/p, 2020, tradução nossa).

A pandemia perturbou o tempo e desvendou o que era “normal”. É o surgimento de um *acontecimento* (ŽIŽEK, 2017), resultado e gerador de rupturas, desequilíbrios radicais e novas necessidades, “transformações” que reorganizam o tempo-espaço, o presente em curso.

A pandemia (re)estruturou necessidades, ou melhor, manteve em movimento os processos de reestruturação do Capital, estabelecendo ou adensando uma “nova” (des)ordem. Se de curta ou média duração, as mudanças ou adequações geradas na “nova” (des)ordem projetam um cenário nada alentador, pois, em consonância com Žižek, pode-se afirmar que “não há retorno ao normal, o novo 'normal'... [este] terá que ser construído sobre as ruínas de nossas velhas vidas, ou nos encontraremos em uma nova barbárie, cujos sinais já são claramente perceptíveis” (ŽIŽEK, 2020, p. 3, tradução nossa).

Como um *déjà-vu*, a nova “peste” abate-se sobre a humanidade em uma paradoxal abundância de desinformações na era da informação e transparência. No avanço das políticas de *accountability* os sujeitos e as instituições são responsabilizados por suas escolhas e cobrados para prestar contas de suas ações diante do concorrencialismo neodarwinista.

Nesse sentido, as metáforas atribuídas à COVID-19 são convidativas à tensão e ao caos da “pandemia digital” que se espalha mais rápido do que o próprio vírus, disseminando estigmas, xenofobia e pânico nos domínios interpessoal, medo e incertezas – social, político e de saúde. As metáforas beligerantes retratam essa realidade, a mentalidade reacionária de uma época concorrencial e utilitarista cuja sede de dominação e conflito é anterior à própria “guerra” contra a COVID-19.

Na sociedade concorrencial, neodarwinista, excludente e agudizada pelo Estado mínimo, os mais resistentes devem sobreviver. Os mais vulneráveis, como os idosos, abatidos pela COVID-19 ou os inadaptados da era digital e os subalternos, são encarados pelos *senhores da guerra* (grandes conglomerados econômicos e/ou grupos conservadores) como perdas colaterais do progresso. As metáforas atribuídas à COVID-19 – “vírus chinês” (Donald Trump, ex-presidente dos EUA), “vírus xiita” (grupos sunitas paquistaneses), “chamado de Deus” (pastor da comunidade *Paradise of Calvary Chapel of Filadélfia* em Somerton/EUA) – , são reflexos de uma sociedade concorrencial e cindida – mas, nestas metáforas algo é ocultado.

Esta perspectiva analítica consubstancia-se na lógica gerencialista e seus dilemas inconciliáveis em relação à emancipação humana, considerando a relação trabalho/capital, diante dos paradoxos produzidos pela pandemia da COVID-19, atendendo ao que Dardot e Laval (2016) qualificam como o imperativo do sucesso e da felicidade, produzindo uma sociedade esquizofrênica e doentia.

Nos sistemas educacionais nacionais e subnacionais pode-se identificar, como um dos reflexos desta sociedade esquizofrênica, o agudizamento da cultura da responsabilidade, ao atrelar os resultados das avaliações externas a premiações, seja à escola ou aos indivíduos; e, a publicização do desempenho educacional das redes de ensino na “corrida ao topo” (BROOKE, 2006) – visando atingir o pícaro do *ranking* de desempenho, em um esforço sobre-humano semelhante ao empreendido por *Sísifo* (CAMUS, 2014).

Esta condição de “vida” assemelha-se a do homem moderno, marcada por uma repetição ininterrupta sem sentido próprio, uma luta sôfrega por metas e objetivos que se

reelaboram sem cessar. Os homens alienados realizam trabalhos e esforços marcados pelo esvaziamento de sentido, um espetáculo absurdo e trágico: “O operário de hoje trabalha todos os dias em sua vida nas mesmas tarefas, e esse destino não é menos absurdo. Mas só é trágico nos raros momentos em que se torna consciente”. (CAMUS, 2014, p. 123).

Aos indivíduos impõe-se uma educação alheia à emancipação humana, uma educação que visa formar mão de obra em um continuum que absurdamente desumaniza o indivíduo colocando-o em uma esteira produtivista movimentada por metas. Nesta mesma toada, pode-se depreender de Heloani (2011), que o exacerbado culto ao individualismo harmoniza-se com as regras e (pseudo)valores da era gerencial, do racionalismo de mercado e seus corolários, como: missão, visão, política de qualidade, valores institucionais e direcionadores estratégicos. Elementos de percepção do mundo forjando um novo corpo de representações da realidade, reordenando a subjetividade dos indivíduos, substituindo ordens por regras.

Assim, na educação baseada em resultados, os indivíduos são excitados por uma demanda incessante de performatividade – maximização da eficiência, ou, como especifica Ball, por uma cultura que produz a necessidade fremente de fabricar performances, baseada em um fluxo contínuo de demandas, expectativas e indicadores, tornando os indivíduos cada vez mais *accountable* e constantemente *registrados*. (BALL, 2001).

A educação é uma dimensão da vida, uma mediadora na formação do ser genérico humano, intimamente articulada aos processos de produção e reprodução da vida social. Nesta perspectiva, os sistemas e as políticas educacionais não são concebidos abstraídos do conjunto das múltiplas determinações que envolvem a sociedade. Logo, são partes constitutivas da totalidade, como afirma Mészáros (2016, p. 265): “Nenhuma sociedade pode persistir sem seu sistema próprio de educação”.

Diante disso, apreende-se que as políticas de *accountability* estão envoltas por “relações sociais de produção capitalisticamente reificadas [...]” que se reproduzem “[...] porque os indivíduos particulares *‘interiorizam’* as pressões exteriores: eles adotam as perspectivas globais da sociedade de mercadorias como se fossem [...] suas próprias aspirações”. (MÉSZÁROS, 2016, p. 263-264, grifo do autor). Diante do fetiche da gestão, a *accountability* tem invadido todas as dimensões da vida social. Por trás de uma falsa neutralidade, sua alquimia – regras racionais, prescrições precisas, técnicas de avaliação –, verdadeira panaceia universal, promete conduzir indivíduos e instituições ao sucesso. Sua

pedra filosofal – projeto quantofrênico – com sua racionalidade fria e obsessão pelo número, excita o sentimento de autoconfiança, foco e julgamentos arbitrários, primando pelas metas e resultados, (re)produzindo em tempos pandêmicos novas mazelas no campo da educação.

4 Implicações da pandemia na educação: o ensino remoto

Às organizações da era digital, o GAFSA, é atribuída o impulso da humanidade em direção a novas fronteiras, até então inimagináveis. Nessa toada, em evento no *The Economic Club of Washington* (D.C., Washington, Distrito de Columbia/USA), em setembro de 2018, o CEO da Amazon, Jeff Bezos, resumiu suas ideias para resolver os problemas de pobreza e desigualdade: “Se você tem uma missão, pode fazê-la com o governo, pode fazê-la com organizações sem fins lucrativos ou com fins lucrativos” (HOLDERS, 2018, s/p, tradução nossa).

Tendo como *slogans* ajudar famílias sem-teto e criar “uma rede de pré-escolas novas, sem fins lucrativos, de primeiro nível em comunidades de baixa renda” (BEZOS, 2018, s/p, tradução nossa), o CEO da Amazon criou o *Day One Fund* estruturado em dois pilares: *The Day 1 Families Fund*, inspirada no Mary's Place em Seattle: “nenhuma criança dorme fora”; e o *Day 1 Academies Fund*, inspiradas na concepção de uma rede de pré-escolas de alta qualidade, com bolsa integral e em comunidades carentes. (VALLE, 2018; HOLDERS; 2018).

Bezos declara que usará “o mesmo conjunto de princípios que impulsionaram a Amazon”, sendo o mais importante “a genuína e intensa *obsessão pelo cliente*” (BEZOS, 2018, s/p, tradução nossa, grifo nosso). “A criança será o cliente”, acrescentou, sinalizando para uma tendência: aprendizagem personalizada. É nesse cenário que a *amazonização* da educação com o *ensino remoto* e o *tele trabalho* tem avançado a passos largos no ano de 2020.

Nesta *amazonização* da educação a criança será rastreada e analisada, tendo suas preferências armazenadas e dados convertidos em algoritmos de forma a fazer melhores recomendações educacionais. Caminha-se para uma mercantilização da e na educação de tal monte que o aluno, reduzido ao *ethos* de cliente, terá sua experiência educacional condicionada a um “mercado de ideias”, uma educação sob medida.

As mudanças no campo da educação, convertendo a organização das escolas de estruturas físicas em plataformas digitais, não é coincidente com a Pandemia de COVID-19.

Este fenômeno já está presente ideologicamente na Agenda Educação 2030 (UNESCO, 2015), na qual as organizações transnacionais já especificavam as competências para o século 21. A Agenda passou a definir princípios norteadores de sustentabilidade e Educação de Cidadania Global, amparados no conhecimento disciplinar e interdisciplinar, incluindo o ensino virtual. Este, em tempo de Pandemia se materializou no ensino remoto.

Com uma linguagem performativa, o *Big Data* - conceito que descreve o volume de dados estruturados e não estruturados que devem ser tratados, analisados a fim de obter informações - desenvolvem-se ações eficazes e lucrativas em um vasto mercado preocupado com a competência em habilidades operacionais (LYOTARD, 1984). Assim, a Pandemia pode não significar globalização, mas para o tecnocapitalismo, certamente a acentua.

O próprio Relatório Delors (DELORS, 2012) com sua aprendizagem ao longo da vida (aprender a saber, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver juntos) e sua lógica nas competências soma-se à nova aprendizagem na era digital. Estruturada em tecnologias digitais (tablet, smarthphone, livro digital, portal *on line*, aplicativos para tablet, entre outros), a nova aprendizagem adensa a reificação da educação, processo inerente à sociedade do capital sobremodo a capitalista, que supervaloriza a produção em detrimento das relações humanas e sociais. Além disto, a reificação em simbiose com a globalização fomenta a mercantilização da educação.

Os impactos da Pandemia da COVID-19 são constatados em todos os setores, e na educação não seria diferente, uma vez que as escolas estão fechadas, sem atendimento presencial, o que forçou a criação de estratégias para evitar que milhões de crianças ficassem sem aulas. A estratégia foi a digital, com atividades remotas para tonar possível o processo de aprendizagem.

Dessa forma, ocorreu a substituição das aulas presenciais pelas aulas remotas e “a expressão *ensino remoto* passou a ser usada como alternativa à educação a distância (EAD) (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 38). Os autores, ao abordarem a temática ensino remoto, consideram inadequado denominar tal prática educativa em ensino, por esta ser uma modalidade precarizada na educação, razão pela qual, o termo é utilizado por Saviani e Galvão entre aspas ao longo de suas análises, postura com a qual se concorda neste artigo.

No entendimento de Saviani e Galvão (2021), há diferença entre “ensino” remoto e EAD, uma vez que,

a EAD já tem já tem existência estabelecida, coexistindo com a educação presencial como uma modalidade distinta, oferecida regularmente.

Diferentemente, o “ensino” remoto é posto como um substituto excepcionalmente adotado neste período de Pandemia, em que a educação presencial se encontra interdita (p. 38).

Segundo Araújo (2020), a expressão “ensino remoto” foi formulada por Priscila Cruz, presidente da ONG Todos pela Educação, a qual explicou que,

a educação à distância já tem regulamentação no país há bastante tempo e ela se aplica ao ensino superior e à pós-graduação. E não são todas as carreiras que se adequam ou que aderiram à educação a distância. Esta envolve uma metodologia, uma sistematização, recursos tecnológicos, formação dos professores. Então, o que está acontecendo hoje nas escolas do país não é a educação à distância. Nós estamos num momento absolutamente singular para o qual nem o Brasil, nem a China, nem os Estados Unidos tiveram tempo suficiente de se preparar. Assim, o que temos hoje é uma possibilidade em alguns estados, em alguns locais, de um ensino remoto que está substituindo temporariamente a educação presencial. O ensino remoto diz respeito a todos os recursos tecnológicos que podem ser utilizados como auxiliares da educação presencial.” (ARAÚJO, 2020, p. 231- 232).

No Brasil, poderia ter sido diferente, “já que foi um dos últimos países a ser atingido e dispo de um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, o Brasil poderia ter planejado reforço ao orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS)” (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 36), com investimentos que para evitar se encontrar diante de uma crise sem precedentes, denominada de coronacrise (BIANCARELLI; ROSA; VERGNHANINI, 2020).

Para esses autores, que são economistas,

a coronacrise, enquanto choque adverso de oferta e de demanda, crise doméstica mas também transmitida e reforçada pelas engrenagens da economia global integrada, exige esforços em todas estas frentes, sob risco de se concretizarem rupturas ainda piores do que as já projetadas. Tal desafio certamente demanda vontade política, ousadia, criatividade e coordenação, atributos escassos na atual constelação de líderes globais. E inexistente no caso brasileiro. (BIANCARELLI; ROSA; VERGNHANINI, 2020, p. 11).

Biancarelli, Rosa e Vergnhanini (2020) afirmam que a década de 1990 (no Brasil) contribuiu [expressivamente] para o esvaziamento da importância da educação escolar e dos conteúdos de ensino. Esta tendência agravou-se no século XXI na conjuntura da Pandemia, quando, de maneira emergencial e temporária, adotou-se o “ensino” remoto. Depreende-se dos autores, que a adoção dessa modalidade operou-se de modo assimétrico entre as classes sociais na educação pública, o acesso ao ambiente virtual é precário, pela dificuldade de acesso a uma internet de qualidade e equipamento adequado, fenômeno similar identifica-se na classe média baixa, ao contrário dos segmentos mais abastados da sociedade.

Foi apropriando-se dessa situação emergencial propiciada pela crise sanitária mundial que o “ensino” remoto ganhou força, já que sua adesão foi sem contraposições, o que acelerou ainda mais o processo. Dessa forma os impactos para a educação, tomada como mercadoria, se acentuam cada vez mais nessa conjuntura, mormente as implicações pedagógicas do “ensino” remoto, pois, “pela sua própria natureza, a educação não pode não ser presencial” (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 39), ela se constitui “necessariamente como uma relação interpessoal, implicando, portanto, a presença simultânea dos dois agentes da atividade educativa: o professor com seus alunos (SAVIANI *apud* SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 39), o que não é só suficiente, pois temos atividades que devem ser desenvolvidas entre essas partes que promovem no processo de ensino.

Buscando na tríade forma-conteúdo-destinatário, nas suas múltiplas conexões, o sentido de como se transforma a educação em humanizadora, e no tema “conteúdo”, Saviani e Galvão (2021) discutem que não se trata de quaisquer conteúdos que servem ao objetivo da educação escolar emancipadora. Para tecer tal consideração, os autores recorrem ao psiquismo humano como “unidade material e ideal que comporta a formação da imagem subjetiva da realidade objetiva” (MARTINS *apud* SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 41). Ou seja, o homem é um ser sociável, é um *zoon politikon* (MARX, 2008) que se relaciona e se apropria da realidade também para se humanizar.

Já em relação ao elemento ‘forma’ da tríade supracitada, esta depende “das condições objetivas de sua efetivação e da natureza dos conteúdos” (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 41). Este aspecto é relevante quando se está diante de escolas sem infraestruturas, como carentes de equipamentos para atender de um ensino remoto.

Portanto, para esses autores, diante do

“ensino” remoto, sobre o elemento ‘forma’, Saviani (2021) afirma que, não há, pois, uma forma exclusiva de ensinar e aprender e as formas ficam muito restritas quando estamos diante de um modelo em que a aula virtual – atividade síncrona -, que se desdobra em atividades assíncronas, oferece pouca (ou nenhuma) alternativa ao trabalho pedagógico (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 41).

Ainda em relação à tríade: forma-conteúdo-destinatário, seu terceiro elemento, o ‘destinatário’ refere-se ao sujeito, a quem “se dirige o trabalho educativo” (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 40). Partindo da premissa de que o ser humano não nasce humanizado, ao contrário, precisa se humanizar diariamente, é necessário entender que é fundamental que se ofereça a este sujeito destinatário as condições para sua educação. Com isto ele poderá se

apropriar do conjunto de produções historicamente acumulada do gênero humano, mas deve-se atentar que a humanização não depende só da escola, já que “a educação não se reduz só ao ensino” (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 40), estende-se aos aspectos familiares, culturais, entre outros, que nos são privados na exclusividade do “ensino” remoto.

Por esta razão o que se ensina é impactado positiva ou negativamente pela tríade forma-conteúdo-destinatário. No “ensino” remoto, o modelo virtual em ascensão, opera-se o comprometimento na formação humana, uma vez que há uma precarização do conteúdo ensinado ao sujeito destinatário, principalmente porque o conteúdo da educação não se restringe a um saber curricular, mas envolve este e as experiências adquiridas nas relações humanas, o que possibilita uma compreensão da realidade como a síntese de muitas determinações (MARX, 2008).

Ao se defrontar numa situação de um “novo normal”, não além dessa coronacrise, numa situação de vulnerabilidade, em que os interesses econômicos privados tomam um papel relevante na intervenção na área da educação, tem-se que lutar para evitar naturalizar o estado de incertezas e lembrar que “o chamado ‘novo normal’ visto que é uma ideia que busca dar uma aparência ordinária ao que não pode e não deve ser tratado como fato corriqueiro da vida. Assim, o “ensino” remoto se encontra no bojo de uma adaptabilidade muito desejável ao capital e à qual devemos nos contrapor”. (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 43).

Nesse sentido, a contraposição se dá para evitar que, diante de uma situação emergencial, os governos façam ‘remendos’ na Constituição para legitimar de uma vez por todas a EAD em todos os níveis de ensino amparado em discursos forjados ‘de que a educação alcança a todos’. Nesse prisma, quando se trata da *accountability*, em nome da responsabilização e controle sobre o sistema educacional, sobre gestores, professores e estudantes – embora se percebam e se acentuem as fragilidades – as avaliações externas continuam, e isto leva muitos gestores em nível de estados e municípios a adquirir materiais apostilados, vídeos e softwares reforçando, de um lado, a mercantilização da educação e a expansão da educação a distancia, por outro lado, confirmam a relação educação/governança.

A partir destas relações, com os valores e princípios de *transparência*, *answerable*, *assessment* e *evaluation*, a *accountability* em tempos de Pandemia, continua-se impingindo políticas educacionais difundidas por organismos multilaterais, responsabilizando a própria Pandemia, bem como os sujeitos envolvidos no ato educativo, pelo fracasso nas avaliações externas e nas dificuldades encontradas no processo educativo.

5 Considerações finais

A proposta educacional da Amazon, bem como de outras instituições, centradas no aluno, em tecnologia digital virtual, funda-se no atribuir responsabilidade ao aluno pela sua aprendizagem, pois a este é delegada autonomia e independência para sua formação – elementos essenciais, segundo a lógica da *amazonização*, para o futuro da vida e do trabalho do indivíduo *accountable* (“responsável”). Esse indivíduo conectado à lógica dos algoritmos consumirá a mercadoria indicada, segundo os preceitos da *amazonização* educacional, à semelhança do consumo dos produtos da Netflix e da própria Amazon.

Uma nova política de *accountability* educacional se avizinha, na qual alunos consumidores, regidos por algoritmos, estabelecem relações com professores e instituições cada vez mais reificados. Ao final todos deverão prestar contas, serão rastreados (monitorados) e avaliados por um cliente que adquire a mercadoria “informação” personalizada, bem como, se saberá o que estão consumindo. Com essa informação, o sistema de Inteligência Artificial organizará pacotes educacionais pré-estabelecidos conformes o histórico do aluno-cliente.

Na aldeia global, os indivíduos *off-line* estarão excluídos do processo, pois não fazem parte do ciberespaço. Mas, às desigualdades do mundo *off-line* também se reproduzem no on-line, onde alguns são mais iguais do que outros. Na distopia do “novo normal” confunde-se convívio familiar com a afirmação da falsa sociabilidade do espaço digital virtual com sua rastreabilidade – seja de produtos (sendo o conhecimento e a educação convertida em mercadoria) ou de indivíduos.

Nesse mundo cindido, *o poder das organizações* na sociedade da revolução digital incide sobre a vida dos indivíduos tornando porosa a separação entre vida pessoal e profissional. O Estado neoliberal, por seu turno, em conluio com as organizações e organismos multilaterais tem ampliado políticas de *accountability* (responsabilização, prestação de contas, avaliação, informação e controle) – indivíduos e instituições veem-se “capturados” ou “manipulados” por mecanismos de vigilância e controle que subsomem a educação às diretrizes do mercado.

A massa humana – integrada ou excluída (pária social) – da aldeia global com seu sistema de *home office* e *home schooling* resta à resistência ou a submissão ao panóptico digital e seus processos de estranhamento. A lógica operacional da Amazon, bem como de outras empresas de tecnologia, é expressa pela ênfase na personalização – no comércio e

processo de descoberta online. Assim, no fluxo de informações do ciberespaço essas instituições se espalham como um vírus. Desta forma, pode-se concluir, em uma primeira aproximação com a temática investigada, que a relação tecnocapitalismo, Accountability e COVID-19 cria uma tessitura favorável à mercantilização da educação. Com o ensino remoto tem-se impingido novas relações educacionais e profissionais, agudizadas pelo isolamento social no cenário de inquietações resultantes da Pandemia de COVID-19.

Referências Bibliográficas

AFONSO, Almerindo Janela. Para uma conceitualização alternativa de accountability em educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr.-jun. 2012.

AFONSO, Almerindo Janela. Políticas avaliativas e accountability em educação: subsídios para um debate ibero-americano. **Sísifo**, Lisboa, n. 9, p. 57-69, mai./ago. 2009.

ARAÚJO, Denise Lino. Os desafios do ensino remoto na educação básica. **Revista Leia Escola**, Campina Grande, v. 20, n. 1, 2020.

BALL, Stephen John. Performativites and fabrications in the education: Towards the performative society. In: GLEASON, Denis; HUSBANDS, Christopher T. (Org.). **The performing school: Managing, teaching and learning in a performance culture**. Londres: Routledge/Falmer, 2001. p. 210-226.

BANDO MUNDIAL. **Governance and development**. Washington. Oxford University Press. 1992.

BEZOS, Jeff. Day one fund. EUA, 13 set. 2018. Twitter: @JEFFBEZOS. Disponível em: https://twitter.com/JeffBezos/status/1040253796293795842?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1040253796293795842&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.cnbc.com%2F2018%2F09%2F13%2Fbezos-launches-day-one-fund-to-help-homeless-families-and-create-preschools.html. Acesso em: 20 out. 2020.

BIANCARELLI, André; ROSA, Renato; VERGNHANINI, Rodrigo. **A coronacrise, a economia global e a periferia: uma síntese do choque em curso**. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica – IE/UNICAMP. Nota do Cecon, n. 12, abr. 2020.

BOVENS, Mark. “Public Accountability”. In: **The Oxford handbook of public management**. Ed. by Ewan Ferlie, Laurence E. Lynn, and Christopher Pollitt. Oxford: Oxford University Press, pp. 183–208. 2005.

BOVENS, Mark. **Analysing and Assessing Public Accountability**. A Conceptual Framework. European Governance Papers (EUROGOV). 2006.

BROOKE, Nigel. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 128, p. 377-401, 2006.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

CATHEY, Libby. **Trump now calling coronavirus fight a 'war' with an 'invisible enemy'**. Retrieved from ABC News. 2020, March 18.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

DELORS, Jaques (coord.). **Educação um tesouro a descobrir**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DUBNICK, Melvin J. Accountability as a Cultural Keyword. In: **The Oxford Handbook of Public Accountability**. Ed. by Mark Bovens, Robert E. Goodin, and Thomas Schillemans. forthcoming. Oxford: Oxford University Press. 2014.

ERKKILÄ, Toro. Governance and accountability: A shift in conceptualization. **Public Administration Quartely**, n. 31 (1/2), p. 1-38, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de. Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da má (qualidade) do ensino. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 965-987, out. 2007.

HEIDEMANN, Francisco Gabriel; SALM, José Francisco. (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento** – Bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora UnB, 2009.

HELOANI, Roberto. **Gestão e organização no capitalismo globalizado**: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **Manufacturing Consent**. Nova York: Pantheon Books, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: O breve século XX (1914-1991). 2. ed., 44. reimp. Companhia das Letras, São Paulo 2011.

HOBSBAWM, Eric. **Tempos fraturados**: cultura e sociedade no século XX. São Paulo: companhia das letras. 2013.

HOLDERS, Sarah. **Jeff Bezos Talks Everything But HQ2**. 2018. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-09-14/amazon-s-jeff-bezos-offers-first-insights-on-day-1-fund>. Acessado em: out./2020

KOOPMAN, Colin. **How we became our data**: A genealogy of the informational person. Chicago, IL: University of Chicago Press. 2019.

LA FONTAINE. **Fábula dos animais durante a peste**. s/d. Disponível em: <https://opusmaterdei.blog/2020/04/17/fabula-dos-animais-durante-a-pestes-la-fontaine/>. Acessado em: jan./2021.

LYOTARD, Jean-François. **The postmodern condition: A report on knowledge.** Manchester: Manchester University Press. 1984.

MARX, Karl. Introdução à contribuição da economia política. *In: MARX, Karl. Contribuição para a crítica da economia política.* Tradução: Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 237 - 272.

MENEZES, Hermeson Claudio Mendonça. **A accountability educacional – arquétipo do Estado Gerencial e Avaliador: os des(caminhos) da democracia e a preservação do establishment.** 2019, 392 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza/CE, 2019.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2016.

MULGAN, Richard. ‘Accountability’: an ever-expanding concept? **Public Administration**, v. 78, n. 3, p. 555-573, 2000.

OCDE. **OECD learning compass 2030.** Paris: OECD. 2019.

O’KELLY, Ciaran; DUBNICK, Melvin. Accountability and its Metaphors - From Forum to Agora and Bazaar. **Paper presented at the EGPA Conference**, Speyer, Germany. 2014.

SAVIANI, Dermeval. GALVÃO, Ana Carolina. Educação na Pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Universidade & Sociedade**, ANDES-SN, n. 67, p. 36 – 49, jan. 2021.

SCHEDLER, Andrés. **Que es la rendicion de cuentas?** Cuadernos de Transparencia 03. IFAI: México, 2004.

SILVA, Regina. Como o mundo, os professores nunca mais serão os mesmos após a Pandemia. **Revista Educação**, 2020.

UNESCO. **COVID-19 A glance of national coping strategies on highstakes examinations and assessments.** Paris: OECD. 2020.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos.** Jomtien: Unesco, 1990.

UNESCO. **Education 2030.** Framework for action. Paris: UNESCO. 2015.

VALLE, Gaby Del. Jeff Bezos’s philanthropic projects aren’t as generous as they seem. 2018. *In: In VOX*, 2018. Disponível em: <https://www.vox.com/the-goods/2018/11/29/18116720/jeff-bezos-day-1-fund-homelessness>. Acessado em: out./2020.

ZANARDINI, Isaura Monica Souza. **A ideologia da pós-modernidade e a política de gestão educacional brasileira.** 2006, 163 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2006.

ŽIŽEK, Slavoj. **Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito.** Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. **Pandemic! COVID-19 shakes the world.** New York, NY: Or Books. 2000.

Artigo recebido em: 30.03.2021 Artigo aprovado em: 13.05.2021 Artigo publicado em: 30.06.2021